

Floriano de Azevedo Marques Neto

Prefácio

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Apresentação

Odete Medauar

Bens públicos: função social e exploração econômica

O regime jurídico das utilidades públicas

Belo Horizonte



2009

Copyright © 2009 by Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
André Ramos Tavares	Gustavo Justino de Oliveira
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	José Nilo de Castro
Carlos Pinto Coelho Motta	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcia Valle Figueiredo
Clovis Beznoz	Luciano Ferraz
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Flávio Henrique Unes Pereira	



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Olga M. A. Sousa

Revisão: Cida Ribeiro

Ficha catalográfica: Paloma Fernandes Figueiredo - CRB 2932 - 6ª Região

Indexação: Maria Clarice Lima Batista - CRB 1326 - 6ª Região

Capa e projeto gráfico: Walter Santos

Formatação: Derval Braga

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º/16º andar – Funcionários - CEP 30130-007

Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

862430

M347b Marques Neto, Floriano de Azevedo

Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas / Floriano de Azevedo Marques Neto; prefácio de Maria Sylvia Zanella Di Pietro; apresentação de Odete Medauar. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

478 p.

ISBN 978-85-7700-256-6

1. Direito Administrativo. 2. Bens públicos. I. Título. II. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. III. Medauar, Odete.

CDD: 341.3

CDU: 35

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 478p. ISBN 978-85-7700-256-6

Sumário

Prefácio

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	17
--------------------------------------	----

Apresentação

Odete Medauar	21
---------------------	----

Introdução 23

Capítulo 1

Bens públicos e patrimônio estatal.....	35
1.1 A ideia de “bem público” como um desafio.....	36
1.2 Coisas, bens e patrimônio	40
1.2.1 Conceitos jurídicos.....	40
1.2.2 Concepções econômicas	44
1.2.3 Nossa concepção de bem e coisa	49
1.2.4 Patrimônio privado e patrimônio público	53
1.2.5 Noção de patrimônio público no Direito brasileiro	55
1.3 Os primórdios históricos da noção de bens e patrimônio público.....	60
1.4 O surgimento do Estado moderno e a dissociação entre patrimônio do soberano e patrimônio estatal	66
1.4.1 As noções doutrinárias sobre a propriedade pública.....	72
1.5 A noção de patrimônio estatal e a dicotomia patrimônio público/patrimônio privado .	78
1.5.1 O domínio eminent	79
1.5.2 O domínio nacional	83
1.5.3 O domínio estatal no Direito brasileiro	83
1.6 Notas sobre a constituição do domínio estatal no Brasil	87
1.7 Releitura das noções tradicionais.....	93
1.8 Síntese conclusiva do capítulo: a realidade do patrimônio estatal	98

Capítulo 2

Delimitação e classificação dos bens públicos no Direito brasileiro.....	101
2.1 Diferentes critérios para delimitação dos bens públicos.....	102
2.1.1 O critério civilista – Subjetivo.....	104
2.1.1.1 O bem pela natureza do seu titular.....	104
2.1.1.2 Crítica à concepção subjetivista	110
2.1.2 O critério funcionalista – Objetivo	117
2.1.2.1 Bens públicos pela sua função.....	117
2.1.2.2 O instituto da afetação.....	121
2.1.2.3 A crítica à concepção funcionalista	127
2.2 As diferentes formas de classificar os bens públicos.....	128
2.2.1 Bens pelo critério subjetivo.....	129
2.2.1.1 Bens públicos em sentido próprio	131
2.2.1.1.1 Bens da União.....	131
2.2.1.1.2 Bens dos Estados	148
2.2.1.1.3 Bens dos Municípios.....	151
2.2.1.1.4 Bens do Distrito Federal.....	152
2.2.1.1.5 Bens das autarquias	153

a)	Autarquias unifederativas	155
b)	Consórcios públicos (autarquias multifederativas).....	155
2.2.2	Bens pelo critério objetivo: a funcionalidade	157
2.2.2.1	Bens públicos em sentido impróprio.....	158
2.2.2.1.1	Bens detidos por entes administrativos de direito privado.....	160
a)	Bens das empresas estatais	160
b)	Bens das fundações	166
2.2.2.1.2	Bens detidos por entidades privadas	169
a)	Bens reversíveis de delegatárias privadas de serviços públicos	170
a.1)	Concessionárias de serviços públicos	181
a.2)	Permissionárias de serviços públicos.....	185
a.3)	Autorizatórias	186
a.4)	Os bens nas parcerias público-privadas	188
b)	Bens de executores de atividades de interesse geral	193
b.1)	Os bens das organizações sociais	193
b.2)	Os bens adquiridos pelas organizações da sociedade civil de interesse público	196
b.3)	Bens das concessionárias de exploração e produção de petróleo.....	199
2.2.3	Bens pelo uso afetado	200
2.2.3.1	Uso comum	201
2.2.3.1.1	Uso comum nos bens públicos do domínio natural.....	209
2.2.3.1.2	Uso comum nos bens públicos do domínio artificial.....	212
2.2.3.2	Uso especial	214
2.2.3.3	Bens dominicais.....	220
2.2.3.3.1	Bens dominicais com uso	222
2.2.3.3.2	Bens dominicais sem uso	224
2.2.3.3.3	Terras devolutas.....	224
2.2.4	Bens pelo critério substancial	225
2.2.4.1	Bens em si mesmos	225
2.2.4.1.1	Bens imóveis	226
2.2.4.1.2	Bens móveis.....	227
2.2.5	Bens em função de sua disponibilidade	230
2.3	Síntese conclusiva do capítulo	232

Capítulo 3

	Regime jurídico dos bens públicos	247
3.1	Um único regime ou gradações de regimes?	248
3.2	Regime jurídico geral dos bens públicos	249
3.2.1	Regime de aquisição	250
3.2.2	Regime de gestão	270
3.2.2.1	Os princípios constitucionais aplicados aos bens públicos	270
3.2.2.2	A afetação dos bens públicos	282
3.2.2.3	Atributos específicos dos bens públicos	289
3.2.2.3.1	A inalienabilidade	290
3.2.2.3.2	A noção de impenhorabilidade	294
3.2.2.3.3	A impossibilidade de oneração	298
3.2.2.3.4	A imprescritibilidade	302
3.2.3	A alienação dos bens públicos	304
3.3	A gestão do uso dos bens públicos	312
3.3.1	Panorâmica dos usos <i>ex parte populi</i>	314
3.3.2	O uso do bem público em função do título de legitimação	317
3.3.2.1	Uso incondicionado	317
3.3.2.2	Uso condicionado	319

3.3.2.3	Retributibilidade do uso	321
3.3.3	O uso do bem em relação à afetação.....	324
3.3.4	Uso em relação aos demais administrados	325
3.4	Instrumentos de conferência de uso.....	332
3.4.1	Instrumentos jurídicos para o uso privativo	335
3.4.1.1	Autorização	335
3.4.1.2	Permissão	339
3.4.1.3	A permissão imprópria para as O&Ss	346
3.4.1.4	Concessão administrativa de uso	347
3.4.1.5	Concessão do direito real de uso	357
3.4.1.6	Concessão especial para fins de moradia	360
3.4.1.7	Concessão florestal	363
3.4.1.8	Cessão	365
3.4.1.9	Inscrição de ocupação.....	369
3.4.1.10	Outros instrumentos	371
3.4.1.10.1	Comodato.....	373
3.4.1.10.2	Aforamento	373
3.4.1.10.3	Locação	374
3.4.1.10.4	Arrendamento	376
3.5	Síntese conclusiva do capítulo	378
 <i>Capítulo 4</i>		
	As utilidades públicas e seu uso econômico	385
4.1	O regime jurídico para as utilidades públicas	387
4.2	Para uma segregação dos usos de bens públicos.....	400
4.3	Gradação do regime aplicável em função dos usos.....	413
4.4	Critérios para ordenação dos usos	418
4.5	O aproveitamento econômico das utilidades públicas	423
4.6	Contornos jurídicos do uso econômico das utilidades públicas.....	427
4.7	Delimitação de uso econômico: bem público e exploração das utilidades públicas ...	435
4.8	Síntese conclusiva do capítulo	440
Epílogo	447
Referências	451
Índice de assuntos	471
Índice de legislação	477